

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Programa de Integridade	10
5.5 - Alterações significativas	13
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	14

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	15
10.2 - Resultado operacional e financeiro	31
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	35
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	36
10.5 - Políticas contábeis críticas	39
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	41
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	42
10.8 - Plano de Negócios	43
10.9 - Outros fatores com influência relevante	44

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1 - Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

**(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos formalizada e aprovada pelo Conselho de Administração em 1º de junho de 2011.

A Companhia reconhece que a gestão de riscos é parte integrante e fundamental de sua atividade organizacional, contribuindo para a evolução estruturada e sustentável de seus resultados financeiros e rentabilidade, consolidando sua imagem de empresa sólida, eficiente e socialmente responsável.

A gestão de riscos leva em consideração quaisquer limitações e incertezas associadas aos processos, interesses, objetivos estratégicos e ambiente da Companhia, que são baseadas em informações históricas e atuais, assim como em expectativas futuras.

A Companhia está em constante processo de reavaliação, desenvolvimento e implantação de ações de melhorias contínuas referentes ao seu processo de gerenciamento de riscos.

As nossas políticas e os regimentos internos de nossos órgãos e departamentos podem ser consultados em nosso website de relações com investidores: <https://ri.raizen.com.br/>.

**(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

Nossa Política aprovada pelo Conselho de Administração foi estabelecida com base nas orientações da metodologia do COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission, e tem o objetivo de ser um mecanismo para auxiliar na identificação, avaliação, previsão e monitoramento dos riscos aos quais a Companhia está sujeita, além de conduzir o apetite ao risco nas decisões e ações tomadas para: (a) cumprimento dos objetivos estratégicos e de negócios da Cia, (b) melhorar a identificação de oportunidades e ameaças; (c) garantir conformidade às políticas, normas e requisitos legais e regulatórios; (d) melhorar o reporte das informações ao mercado; (e) garantir confiabilidade dos dados para a tomada de decisão e planejamento; (f) aprimorar a Governança Corporativa da Cia; (g) obter mais eficácia e eficiência operacional; e (h) proteger os ativos da empresa.

Com base nesse processo, a Companhia estabelece e mantém atualizada sua matriz de riscos do negócio, a qual é monitorada em todos os níveis da Cia e em vários estágios dentro dos processos corporativos e pela alta administração. O exercício é aprovado anualmente pelo Comitê de Auditoria (que assessora o Conselho de Administração).

**(i) os riscos para os quais se busca proteção**

- **Riscos Estratégicos:** estão associados à tomada de decisão da alta administração e podem gerar perda substancial no valor econômico da organização. São causados por mudanças no ambiente externo.
- **Riscos Operacionais:** estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas.
- **Riscos Financeiros e/ou de Mercado:** são aqueles associados à exposição das operações financeiras da organização, segregados em:
  - Câmbio: associado à volatilidade do mercado e pode afetar a Companhia quando tiver ativos ou passivos atrelados à moeda estrangeira.
  - Juros: também associado à volatilidade do mercado. A Companhia pode, eventualmente, contratar dívidas e derivativos indexados a taxas de juros fixos ou

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

flutuantes, porém, alterações na percepção de risco dos agentes do mercado podem gerar volatilidade nas curvas de juros e, desta forma, aumentar as despesas financeiras da Companhia.

- Crédito: associado às contrapartes da Companhia que podem, eventualmente, deixar de honrar seus compromissos e obrigações.

- **Riscos Legais e de Conformidade (Compliance)**: são aqueles associados à exposição a não cumprimento de leis e regulamentos emitidos pelos governos centrais e locais assim como regulamentos emitidos por entidades reguladoras ou mesmo de natureza interna. Estão associados a prevenção de lavagem de dinheiro, integridade etc.

**Riscos da Informação**: são aqueles que consistem na perda, uso indevido, acesso ou divulgação não autorizada de informações ou dados pessoais de partes interessadas, internas ou externas, podendo ameaçar os negócios ou prejudicar a imagem da Companhia

### (ii) os instrumentos utilizados para proteção

A gestão de riscos tem por objetivo capturar os principais riscos da Raízen, mensurá-los quanto ao seu impacto (valor) e sua probabilidade de ocorrência, bem como identificar o nível de aceitabilidade do risco residual.

As seguintes ações podem ser executadas para gerenciar os riscos:

- (i) Aceite e controle (Aceitar o risco e colocar em prática os controles apropriados (preventivos e de detecção) para gerenciar o risco e maximizar o valor);
- (ii) Transferência e / ou compartilhamento de riscos;
- (iii) Encerrar ou renunciar uma atividade para evitar um risco.

A comunicação e consciência contínua de quais riscos são significativos são elementos importantes para que decisões sejam tomadas, definição de como os riscos serão gerenciados, e as oportunidades envolvidas.

O Comitê de Auditoria e a Diretoria Executiva devem revisar os riscos que impactam os objetivos da Companhia.

### (iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração e seus órgãos de assessoramento, e a Diretoria da Companhia fazem o acompanhamento dos negócios e condutas da Companhia, desempenhando funções relativas ao gerenciamento de riscos de acordo com as suas funções.

No âmbito do gerenciamento de riscos da Companhia, destaca-se a atuação do Comitê de Auditoria, que possui as seguintes responsabilidades: (i) avaliar periodicamente os trabalhos dos auditores internos; e garantir a independência de seus trabalhos; (ii) propor ao Conselho de Administração, melhorias nos controles internos da Companhia, em decorrência da identificação de eventuais deficiências comunicadas ao Comitê, incluindo reportes das áreas de controles internos e auditoria, bem como, auditores externos; (iii) recomendar a nomeação dos auditores externos, bem como, aprovar a sua contratação e remuneração e monitorar a independência dos seus trabalhos, e implementar política de contratação dos auditores externos; (iv) monitorar a integridade das Demonstrações Financeiras da Companhia antes de sua apresentação ao Conselho de Administração; (v) monitorar as denúncias reportadas no Canal de Ética e as tratativas dadas pelo Comitê de Ética; e (vi) monitorar as ações de melhorias de processos oriundas dos incidentes de controles reportados pela companhia.

Adicionalmente, a área de Auditoria Interna e Controles internos da Companhia, subordinada ao Comitê de Auditoria, tem a responsabilidade de: (i) implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (ii) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em gestão de riscos; (iii) realizar follow up de planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna e dos trabalhos de controles internos; (iv) atuar como mentores de controles; (v) criação e aprimoramento das metodologias dos instrumentos e ferramentas de controles internos e governança (vi) avaliar a adequação de controles

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

à Lei Sarbanes- Oxley; (vii) revisar e publicar as políticas e procedimentos; (viii) disseminar a cultura de controles internos; (ix) garantir correta segregação de funções nos principais sistemas e processos da Companhia; (x) Gestão Integrada de Riscos, através da identificação, mensuração e mapeamento de planos de ação para redução, eliminação ou transferência dos riscos que podem afetar os objetivos de negócio; (xi) promover identificação de melhorias de processos para os incidentes de controles reportados; (xii) promover avaliação anual dos controles chaves de performance; (xiii) garantir que anualmente, os planos de continuidade dos negócios sejam revisados e testados de acordo com a metodologia da Companhia; (xiv) reportar tempestivamente a administração, Comitê de Auditoria os resultados dos trabalhos oriundos da gestão de riscos, auditoria interna e controles internos.

**(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos**

Nossa administração e diversos órgãos monitoram e avaliam, por meios que consideramos adequados, se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos.

Entendemos que a estrutura operacional e de controles internos é adequada para verificar a efetividade da Política de Gestão de Riscos e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

### 5.2 – Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

**a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui, formalizadas, uma política de gerenciamento de riscos, uma política de tesouraria e uma política de crédito, todas aprovadas pelo Conselho de Administração em 1º de junho de 2011.

A Diretoria Executiva da Companhia tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia. O Conselho de Administração acompanha o gerenciamento de riscos através de reportes realizados pela Diretoria.

As políticas de gerenciamento de risco de mercado, em conjunto com a política mencionada no item 5.1, são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A administração da Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

As políticas de tesouraria e *trading* definem um direcionamento para gerenciamento de riscos. Para monitoramento das atividades e garantia do cumprimento das políticas, a Companhia possui os seguintes principais comitês: (i) Comitê de Riscos, composto por executivos sênior da empresa e que se reúne semanalmente para analisar o comportamento do mercado de câmbio e deliberar sobre as posições de cobertura e estratégia de fixação de preços das exportações e de importações, visando reduzir os efeitos adversos de mudanças na taxa de câmbio e preços das commodities; e (ii) Comitê de Açúcar e Etanol, que se reúne mensalmente visando avaliação dos riscos ligados a comercialização de etanol e derivados e adequação aos limites definidos nas políticas de riscos.

Esse conjunto de regras estabelece diretrizes para o gerenciamento dos riscos, sua mensuração e consequente mitigação dos riscos de mercado, previsão de fluxo de caixa e estabelecimento de limites de exposição. Para tanto, todas as operações financeiras realizadas devem ser as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser feitas com o objetivo de especulação, devendo sempre existir uma exposição que justifique a contratação de determinada operação.

**b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

**i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

Consideramos o risco de mercado como uma perda potencial decorrente de mudanças adversas nas taxas de mercado e preços. A Companhia está exposta a riscos de mercado, sendo os principais: (i) a volatilidade dos preços de etanol e derivados de petróleo; (ii) a volatilidade da taxa de câmbio; e (iii) a volatilidade na taxa de juros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

**ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

#### **Risco de Taxa de Juros**

A Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas pós-fixadas. Com o objetivo de minimizar estes riscos, utiliza-se de instrumentos derivativos.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

Majoritariamente sua dívida é atrelada ao CDI, ao IPCA, em consequência de CRAs (Certificado de Recebíveis do Agronegócio), e à TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), essa última em contratos de financiamento obtidos junto ao BNDES. O risco referente ao CDI é parcialmente mitigado pela exposição a essa taxa de juros em aplicações financeiras da Companhia e o IPCA. Além disso, a Companhia possui dívidas atreladas a dólar que foram emitidas a uma taxa de juros flutuante e posteriormente “swapadas” para reais e CDI.

Modalidade	Vencimento final	Indexador	Taxa média anual efetiva de juros (1)		Controladora		Consolidado	
			2020	2019	2020	2019	2020	2019
Classificação das dívidas por moeda:								
Denominadas em Reais					748.712	738.700	748.712	738.700
Denominadas em Dólares norte-americanos (US\$) (Nota 24.d)					6.401.077	3.959.974	7.712.461	4.352.588
					7.149.789	4.698.674	8.461.173	5.091.288
Modalidade das dívidas (2):								
BNDES	Dezembro/21	URTJLP	6,8%	9,0%	964	4.167	964	4.167
BNDES	Dezembro/20	Pré-fixado	6,0%	6,0%	75	174	75	174
BNDES	Julho/21	UMBND	6,5%	6,4%	1.145	1.649	1.145	1.649
Certificado de Recebíveis do Agronegócios ("CRA")								
	Dezembro/23	CDI	3,5%	6,2%	507.293	509.942	507.294	509.942
CRA	Dezembro/24	IPCA	7,8%	8,8%	239.235	222.768	239.235	222.768
PPE	Outubro/25	Dólar (US\$) + Libor	3,0%	3,9%	6.401.077	3.959.974	7.712.460	4.352.588
					7.149.789	4.698.674	8.461.173	5.091.288

**Risco de crédito**

Parte substancial das vendas da Companhia é feita para postos combustíveis e, na sequência, clientes B2B.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, exigência de carta de crédito de bancos de primeira linha e captação de garantias reais sobre créditos concedidos. A administração da Companhia considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para devedores duvidosos.

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa, depósitos bancários em instituições financeiras nacionais e estrangeiras são determinados por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado.

**Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto.

**iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**

A Companhia opera derivativos de mercadorias nos mercados futuros e de opções das bolsas de mercadorias de Nova Iorque – NYBOT e de Londres – LIFFE, assim como no mercado de balcão com contrapartes selecionadas. A Companhia opera derivativos de taxa de câmbio, de juros e de *commodities* e contratos de balcão registrados na B3 com diversos bancos.

**iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

A Companhia faz o gerenciamento do risco cambial de suas exposições geradas pelo endividamento em dólares, sendo possível estar com hedge entre 70% e 100% da exposição. O Bond perpétuo pode ter 100% do principal exposto ao câmbio uma vez que não tem data de vencimento. Para o gerenciamento da exposição aos juros a Companhia pode manter até 100% de suas dívidas pós-fixadas, e trabalhar com dívidas pré-fixadas quando aprovado pela administração.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

Conforme política da Companhia, o gerenciamento de riscos financeiros tem como objetivo garantir que a tesouraria seja capaz de reduzir as exposições em moeda estrangeira e de taxa de juros. As operações de hedge são utilizadas tão somente para reduzir exposições e é proibido utilizá-las para fins especulativos.

Em algumas situações, equilibrar o saldo líquido entre ativos e passivos que não estejam em nossa moeda funcional é a melhor alternativa. Para os outros casos em que seja necessário contratar uma operação de hedge, seu custo é calculado antes de qualquer tomada de decisão. Para as dívidas de curto prazo, a Companhia tem a liberdade de decidir entre juros pré-fixados ou pós-fixados. Para as dívidas de longo prazo, a decisão é tomada em conjunto com o Conselho de Administração da Companhia.

**v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

Atualmente, a Companhia não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

**i. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado**

O Conselho de Administração e seus órgãos de assessoramento, o Conselho Fiscal e a Diretoria da Companhia fazem o acompanhamento dos negócios e condutas da Companhia, desempenhando funções relativas ao gerenciamento de riscos de mercado de acordo com as suas funções, conforme descrito no item 12 deste Formulário de Referência. Adicionalmente, a Companhia apresenta um Comitê de Riscos, cujas reuniões ocorrem semanalmente para analisar (i) o comportamento dos mercados de commodities e de câmbio; (ii) deliberar sobre as posições de cobertura e estratégia de fixação de preços das exportações e importações, visando reduzir os efeitos adversos de mudanças nos preços das commodities e na taxa de câmbio; e (iii) monitorar os riscos de liquidez e de contraparte (crédito). Adicionalmente, a Companhia também tem um Comitê de Açúcar e Etanol, que se reúne mensalmente visando avaliação dos riscos ligados a comercialização de etanol e derivados e adequação aos limites definidos nas políticas de risco.

**c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia está sujeita aos requerimentos da Lei “Sarbanes–Oxley Act” de 2002, isso se reflete em diversos controles de acompanhamento mensais, trimestrais e anuais envolvendo a exposição a risco de crédito/contraparte e exposição a riscos de mercado. Além disso, a auditoria interna periodicamente efetua análises extras para verificação da efetividade das políticas. A auditoria interna possui em seu plano de trabalho escopo para revisão dos controles internos relacionados às operações de instrumentos financeiros.

A Companhia designa formalmente suas operações sujeitas a *hedge accounting* com objetivo de proteção de fluxo de caixa. Os *hedges* são designados para proteção do preço de *commodities* e exposição cambial, principalmente relacionado ao etanol, conforme aplicável, custo de importação de derivados e dívidas em moeda estrangeira, documentando: (i) a relação do *hedge*, (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em adotar o *hedge*, (iii) a identificação do instrumento financeiro, (iv) o objeto ou transação coberta, (v) a natureza do risco a ser coberto, (vi) a descrição da relação de cobertura, (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura, e (viii) a demonstração retrospectiva e prospectiva da efetividade do *hedge*.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### 5.3 - Descrição dos controles internos

#### a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las;

A Companhia dispõe de políticas e procedimentos devidamente divulgados aos seus funcionários, além de uma estrutura organizacional de gestão de riscos, auditoria interna e controles internos que, dentre outras atribuições, é responsável pelas diretrizes e avaliação da eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras de acordo com o *Internal Control Integrated Framework* emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* ("COSO").

Os controles internos de divulgação das informações financeiras da Companhia são elaborados para garantir de forma razoável a confiabilidade dos relatórios financeiros e a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas e princípios contábeis. Deficiências de controles, quando identificadas, são tratadas através de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas, e monitorados através de sistema informatizado e reports periódicos à alta administração da Companhia.

A Companhia também avalia periodicamente os principais controles chave de performance de cada processo, não se limitando aos controles sobre Demonstrações Financeiras.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referentes ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras correspondentes ao período findo em 31 de março de 2020, comparativamente ao exercício findo em 31 de março de 2019, e, com base nesta avaliação, concluiu que os controles são eficazes.

#### b. as estruturas organizacionais envolvidas;

O Conselho de Administração da Companhia é o principal órgão responsável pela aprovação das demonstrações financeiras, contando com a assessoria: (i) do Comitê de Auditoria para supervisionar a qualidade e integridade dos trabalhos dos auditores independentes, a aderência da Companhia às normas legais, estatutárias e regulatórias, e acompanhar periodicamente os riscos operacionais, financeiros e reputacionais, (ii) do Comitê de Finanças, responsável, dentre outras funções, por supervisionar e revisar os resultados da Companhia e a qualidade dos relatórios financeiros.

A execução dos controles internos e demais mecanismos de proteção é de responsabilidade das áreas de negócios (1ª linha de defesa), observando as diretrizes da Companhia.

Existe um Comitê de Governança para cada negócio, formado pelo Vice-presidente do negócio, seus subordinados diretos, e diretoria de controles internos, os quais têm como função endereçar os temas relacionados a melhorias de processos e controles internos.

A Diretoria de Auditoria Interna e Controles Internos, que está subordinada ao Comitê de Auditoria, possui as seguintes responsabilidades: (i) avaliar, anualmente, a eficácia dos controles sobre Demonstrações Financeiras conforme critérios da metodologia COSO; (ii) gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (iii) gerenciar os Riscos do Negócio, através do mapeamento dos riscos e planos de ação para mitigá-los, e atuar como Guardiã da Política de Riscos; (iv) elaborar e aprovar junto ao Comitê de Auditoria e executar o Plano Anual de Auditoria Interna com foco na gestão dos principais riscos da Companhia; (v) acompanhar os planos de ação oriundos dos relatórios de Auditoria Interna e dos trabalhos de controles internos; (vi) revisar e publicar as Políticas e Procedimentos; (vii) disseminar a cultura de Controles Internos; (viii) atuar como mentores de controles e na implantação de bons controles internos e/ou melhoria contínua dos processos internos; e (ix) secretariar as reuniões dos Comitês de Governança dos Negócios.



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### **c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento;**

Todos os trabalhos realizados pela Diretoria de Auditoria Interna e Controles Internos citados acima são reportados periodicamente ao Comitê de Auditoria, que assessora o Conselho de Administração.

Além disso, no Comitê de Governança de cada Negócio, formado pelo VP do negócio e seus subordinados diretos, são discutidos periodicamente os resultados dos trabalhos do escopo da auditoria interna e área de controles, e as principais fragilidades identificadas nas revisões dos processos de negócio.

Para todos os riscos e deficiências apresentadas é solicitado às áreas a elaboração de um plano de ação, com indicação de responsável e data de implantação. Cabe ressaltar que os planos de ação são acompanhados de forma sistemática pelos responsáveis do negócio.

### **d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;**

A Administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia. Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, a Administração realizou avaliação, incluindo testes de controles, utilizando critérios do *Internal Control Integrated Framework* emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* ("COSO").

O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que em 31 de março de 2020 a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, com base nos critérios do COSO.

### **e. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente;**

Na opinião da Administração e tendo como base as diretrizes de boas práticas em estrutura de controles internos definidas pelo COSO, o sistema de controles internos é eficaz, mitigando riscos potenciais que possam impactar de forma relevante a acuracidade das informações financeiras da Companhia e de suas controladas referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020.

Os auditores independentes não identificaram, durante a execução dos trabalhos de auditoria, deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de março de 2020. Todavia, constam no referido relatório comentários e recomendações sobre outras deficiências não significativas de controles e outros assuntos que não geraram impactos relevantes na auditoria realizada.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

Nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº01/2021, conforme consta no relatório de deficiências e recomendações dos auditores independentes, há algumas deficiências não significativas de controles e outros assuntos que não geraram impactos relevantes na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Portanto, na opinião dos Diretores, sem relevância e sem necessidade de divulgação de tais deficiências identificadas pelos auditores. Os diretores da Companhia acreditam que o grau de eficiência dos controles e procedimentos internos adotados na elaboração das demonstrações financeiras são satisfatórios e confiáveis.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### 5.4 – Programa de Integridade

**a. regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

***i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas***

Diretrizes voltadas ao combate à prática de fraudes e ilícitos contra a Administração Pública estão presentes no Código de Conduta Raízen, na Política de Integridade e em procedimentos complementares voltados a mitigar riscos relativos ao tema.

A companhia possui medidas mitigadoras de fraudes e ilícitos contra a administração pública, tais como: (i) capacitação dos funcionários da companhia para combate a práticas ilícitas; (ii) comunicação constante sobre regras de conduta; (iii) auditoria de integridade de contrapartes de Trading (clientes, fornecedores e parceiros de negócios); (iv) critérios de escolha de membros da alta direção que consideram elementos de compliance; (v) governança com definição de diferentes alçadas e controles para aprovação de despesas; (vi) análise de compliance para iniciativas de performance social; (vii) ferramentas de reporte de presentes e hospitalidades, bem a demanda pelo registro de interações com a administração pública, entre outras medidas.

Os riscos relativos ao perfil do emissor são atualizados constantemente, mediante a revisão da matriz de risco da companhia e a verificação a cada 2 anos da necessidade de revisão de Políticas e Procedimentos por Controles Internos. Adicionalmente, de acordo com evolução do Programa de Compliance e alterações nos negócios da Companhia, avaliação de risco independente é realizada.

Eventuais desvios de conduta podem ser detectados pelas áreas de Auditoria (externa e interna), Controles Internos e Compliance, além das informações comunicadas via canais de denúncia, como o Canal de Ética Raízen. Eventuais ocorrências são avaliadas pelo Comitê de Ética da Companhia, que se reporta ao Comitê de Auditoria, que por sua vez é vinculado ao Conselho de Administração da Raízen.

Em caso de detecção de violações, medidas disciplinares como desligamento por justa causa são aplicáveis, bem como denúncia às autoridades competentes pela Companhia.

***ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes***

O monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade fica a cargo das áreas de Compliance, Auditoria e Controles Internos, que atuam conjuntamente para assegurar a eficácia do Programa de Ética e Compliance da companhia.

Controles e Auditoria reportam para a Vice-Presidência Financeira, e Compliance para a Vice-Presidência Jurídica.

Assuntos dessas três áreas podem ser reportados ao Conselho de Administração da empresa, ou a representantes dos acionistas em reuniões trimestrais, ou em frequência menor, se necessário, capitaneadas pela Auditoria.

Adicionalmente, a companhia possui ainda os seguintes Comitês de monitoramento do Programa de Ética e Compliance: (i) Comitê de Auditoria e Integridade, que é órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração para assegurar independência em relação à diretoria da companhia, com atribuição de propor plano de auditoria, proporcionar independência para a manutenção e melhorias dos controles internos e compliance, entre outras; (ii) Comitê de Ética, que

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

é o órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Comitê de Auditoria e Integridade para assegurar independência em relação à diretoria da companhia, com atribuição de monitorar a eficácia do processo de apuração de denúncias de violação do Código de Conduta e demais políticas e procedimentos, entre outras; (iii) Comitê de Liderança, que é órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Comitê de Auditoria e Integridade para assegurar independência em relação à diretoria da companhia, com atribuição de monitorar a eficácia e garantir as melhores práticas no Programa de Ética e Compliance da Raízen, entre outras; e (iv) Comitê de Compliance, que é órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Comitê de Auditoria e Integridade para assegurar independência em relação à diretoria da companhia, com atribuição de propagar a cultura de ética na companhia, agindo como agente disseminador do Código de Conduta Raízen, e demais políticas e procedimentos internos relacionados ao Programa de Ética e Compliance, replicando e implementando nas áreas de negócio as decisões tomadas pelos Comitês supramencionados.

### ***iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:***

Sim, possuí. O Código de Conduta é formalmente aprovado e amplamente divulgado em campanhas de comunicação interna, em processos de contratação de terceiros e no site da empresa na internet.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código da Conduta da Raízen se aplica a todos os funcionários e terceirizados da Raízen, bem como aos prestadores de serviços, fornecedores ou parceiros de negócio, incluindo conselheiros de administração. Não contamos com Conselho Fiscal.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Todos os funcionários que são mapeados como público alvo para os treinamentos de código de conduta, anticorrupção e compliance concorrencial (“Treinamentos de Compliance”) devem realizar os Treinamentos de Compliance disponíveis online em até 30 dias após início na Companhia, sendo que a plataforma de treinamentos online mantém referidos treinamentos disponíveis para realização a qualquer momento (24h por dia, 7 dias da semana).

Os funcionários mapeados como público de risco devem também realizar treinamentos presenciais anticorrupção e/ou de compliance concorrencial, conforme aplicável, em até 60 dias após o início na Companhia, sendo que referidos treinamentos são ministrados com frequência mínima mensal.

Quanto à atualização dos Treinamentos de Compliance, novos treinamentos devem ser realizados no prazo máximo de 2 anos, a contar da realização do treinamento anterior. A aderência é assegurada por meio de alertas automáticos enviados aos funcionários pela plataforma online de treinamentos e pelo envio mensal de indicadores aos vice-presidentes e diretores da Companhia. O controle de aderência também pode ser feito pelos líderes imediatos através de emissão de relatórios de treinamentos via plataforma online de treinamentos.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Qualquer colaborador ou terceiro que não observar as disposições do Código de Conduta e de Políticas e Procedimentos Internos estará sujeito a sanções, que no caso de colaboradores vão desde advertências à demissão por justa causa, sem prejuízo de outras medidas legais.

A negligência e a falha involuntária também são consideradas descumprimento do Código de Conduta, sendo passíveis de aplicação das medidas acima mencionadas.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Com relação a terceiros representantes da empresa, o descumprimento do Código de políticas e procedimentos ensejará a rescisão contratual, bem como possibilitará o manejo de eventual ação indenizatória, sem prejuízo de outras providências legais.

Adicionalmente, se aplicável, autoridades competentes são envolvidas para a cabível responsabilização cível e criminal dos responsáveis por violações de disposições previstas em legislação aplicável.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

O Código de Conduta da Raízen foi aprovado pelo Conselho de Administração da empresa e está disponível para download tanto na intranet como na internet: <https://www.raizen.com.br/sobre-a-raizen/codigo-de-conduta>

**b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

<https://canalconfidencial.com.br/raizen/>

Brasil:

0800-772-4936

Argentina: 0800-345-4327

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncias é externo, ficando a cargo de empresa especializada e reconhecida mundialmente.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal está aberto ao recebimento de denúncias internas e externas, ou seja, de empregados e terceiros.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

Sim, o canal de denúncias garante o anonimato e sigilo de informações.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias são recebidas, cadastradas e classificadas por assunto por empresa especializada e depois encaminhadas para a área de Auditoria para as providências internas necessárias.

**c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Sim, auditorias de integridade são sempre realizadas.

**d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

### **5.5 - Alterações significativas**

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que estamos expostos, tampouco há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos no item 4 deste Formulário de Referência.

Ainda, não houve alterações na Política de Gestão de Riscos, no último exercício social.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

### **5.6 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia apresentam, neste item 10.1 a 10.9 do Formulário de Referência, informações que visam a permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a nossa situação pela perspectiva da Administração. Abaixo discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as nossas condições financeiras e patrimoniais. Exceto quando justificado, os valores aqui apresentados estão expressos em milhares de reais (R\$) e foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020, 2019 e 2018 e são de responsabilidade da Administração.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste Formulário de Referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Esclarecimentos adicionais a respeito dos impactos da pandemia da COVID-19 em nossas atividades e, conseqüentemente, em nossas demonstrações financeiras, estão detalhados no item 10.9 deste Formulário de Referência.

#### (a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Tendo como finalidade a participação em sociedades do segmento de distribuição de combustíveis, temos como atividades principais, por meio de nossas subsidiárias; (i) distribuição e comercialização de derivados de petróleo e etanol, e outros hidrocarbonetos fluidos e seus subprodutos, da marca Shell, (ii) comercialização de gás natural; (iii) importação e exportação dos produtos citados acima; (iv) negócios, por meio de suas subsidiárias argentinas, de refino de petróleo e fabricação e comercialização de lubrificantes automotivos e industriais; e (v) a participação em outras sociedades.

Desde a nossa fundação, adotamos políticas financeiras e de tesouraria destinadas a promover um perfil de crédito compatível com o *investment grade* nos *ratings* corporativos das agências de classificação de risco (“Grau de Investimento”). Conseqüentemente, atualmente aderimos aos seguintes princípios-chave:

- foco no financiamento de gastos de capital recorrentes/operacionais a partir de fluxos de caixa operacionais, com um amortecimento para cenários adversos; e
- pagamentos de dividendos estabelecidos anualmente, levando em consideração (1) o caixa gerado durante o período, (2) nosso plano de crescimento, (3) acesso ao financiamento, e (4) manutenção de um perfil de crédito proporcional a um Grau de Investimento.

Entendemos que nossas condições financeiras e patrimoniais são suficientes para implementar nosso plano de negócios e cumprir com nossas obrigações de curto e médio prazo, considerando que mantemos um perfil de amortização de dívida altamente gerenciável e nos beneficiamos de liquidez adequada, dado que o Grupo Raízen encerrou a safra 2019/2020 com um caixa de R\$ 8,6 bilhões.



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Adicionalmente, a liquidez Grupo Raízen também é reforçada por possuir linha de crédito rotativo, denominada *revolving credit facilities*, não utilizadas até o momento que totalizam US\$ 1 bilhão.

A Raízen Combustíveis possui contrato de linha de crédito no valor total equivalente a US\$ 700.000 mil, não utilizada até o término destas demonstrações financeiras, conforme abaixo:

Beneficiária	Instituição	Valor em US\$	Vencimento
Raízen Combustíveis	Shell Finance (Netherlands) B.V. e Cosan S.A.	700.000	Maior/2025

Assim, nossa estabilidade de geração de caixa, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de nossas atividades e cobrir nossa necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

A tabela abaixo apresenta as principais linhas do balanço patrimonial, utilizadas para o cálculo dos indicadores apresentados na sequência:

	Em 31 de março de		
(R\$ milhões)	2018	2019	2020
<b>Ativo</b>	<b>13.341.520</b>	<b>23.558.857</b>	<b>29.179.467</b>
Circulante	6.808.954	12.299.488	13.395.104
Não Circulante	6.532.566	11.259.369	15.784.363
<b>Passivo</b>	<b>10.319.751</b>	<b>20.494.505</b>	<b>25.025.913</b>
Circulante	3.401.176	10.031.549	11.980.903
Não Circulante	6.918.575	10.462.956	13.045.010
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>3.021.769</b>	<b>3.064.352</b>	<b>4.153.554</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>13.341.520</b>	<b>23.558.857</b>	<b>29.179.467</b>

O ativo circulante é formado principalmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, tributos a recuperar e estoques. Já o passivo circulante, é constituído em especial por fornecedores, partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Abaixo, apresentamos os índices de endividamento e de liquidez e os resultados encontrados sustentam a confiança da administração na solidez patrimonial da Companhia:

Índices	Fórmula	Em 31 de março de		
		2018	2019	2020
Endividamento Total (ET)	$ET = \frac{\text{Passivo total}}{\text{Ativo total}} \times 100$	77,3	86,99	85,7
Endividamento de Curto Prazo (ECP)	$ECP = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Ativo total}} \times 100$	25,5	42,5	41,0
Liquidez Corrente (LC)	$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \times 100$	200,1	122,6	111,8

Os índices de endividamento total e de curto prazo são índices de estrutura patrimonial e indicam a participação de recursos de terceiros (passivo) no financiamento das aplicações totais realizadas pela empresa (ativo total).

As informações financeiras patrimoniais da Companhia, com base na avaliação dos diretores da Companhia, demonstram um adequado nível de endividamento, não havendo concentração de indisponibilidade de caixa no curto prazo, considerando que em 31 de março de 2020, o endividamento bruto da Companhia era composto por R\$ 25.025.913 mil (considerando os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo) dos R\$ 11.980.903 mil eram de curto prazo e R\$ 13.045.010 mil de longo prazo.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nossas fontes de liquidez tradicionalmente consistem em fluxos de caixa de nossas operações e empréstimos de longo prazo.

Acreditamos que nosso capital de giro atual e os resultados da liquidez geral e corrente é suficiente diante da expectativa de manutenção da dinâmica operacional dos negócios e esperamos atender a eventuais necessidades de capital de giro por meio de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo ou ofertas de títulos de dívida ou de capital no mercado brasileiro e mercados de capitais internacionais.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020, 2019 e 2018, o fluxo de caixa utilizado na as atividades de investimento foram financiadas principalmente pelo aumento do endividamento.

Nossa Administração entende que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

### b. Estrutura de Capital

O objetivo da Companhia ao administrar sua estrutura de capital é o de assegurar a continuidade de suas operações e financiar oportunidades de investimento, mantendo um perfil de crédito saudável e oferecendo retorno adequado a seus acionistas.

O Grupo Raízen, no qual a Companhia está inserida, possui relação com as principais agências de *rating* locais e internacionais, conforme demonstrados abaixo:

•	Agência	• •	Escala	• •	Rating	• •	Outlook	• •	Data
•		• •		• •	AAA	• •		• •	
•	Fitch	• •	Nacional	• •	(bra)	• •	Estável	• •	28/05/2020
		• •	Global	• •	BBB	• •	Negativo	• •	28/05/2020
•	Moody's	• •	Nacional	• •	Aaa.Br	• •	Estável	• •	09/12/2020
		• •	Global	• •	Baa3	• •	Estável	• •	09/12/2020
•	Standard &	• •	Nacional	• •	brAAA	• •	Estável	• •	27/04/2020
Poor's		• •	Global	• •	BBB-	• •	Estável	• •	27/04/2020

O Grupo Raízen monitora o seu capital, por meio de uma gestão combinada da tesouraria de seus negócios, usando um índice de alavancagem (*leverage*) representado pelo capital de terceiros dividido pelo capital próprio.

O capital de terceiros, que compreende o *net debt* do Grupo Raízen, é calculado como o total dos empréstimos e financiamentos com o mercado e pré-pagamentos de exportação intragrupo, reduzido de caixa e equivalentes de caixa, das aplicações e títulos mantidos como garantia para itens de endividamento e dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção do endividamento.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Na tabela seguinte apresentamos a composição da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio e de terceiros e os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2020 e 2019, que foram calculados como segue:

	Exercícios sociais encerrados em 31 de março de		
	2020	2019	2018
<b>Capital de terceiros</b>			
Empréstimos e financiamentos	8.461.079	5.091.112	2.737.671
PPEs intragrupo	3.116.405	3.059.942	2.573.577
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.167.058)	(2.818.591)	(1.420.336)
(-) Aplicações financeiras vinculadas a financiamentos	(18.114)	(17.281)	(17.105)
(-) Swaps de taxa de câmbio, de juros e outros derivativos	(2.996.253)	(629.610)	78.163
	6.396.059	4.685.572	3.951.970
<b>Capital próprio</b>			
Patrimônio líquido			
Atribuído aos acionistas da Controladora	3.894.531	2.823.487	2.795.068
Participação dos acionistas não controladores	259.028	240.865	226.701
	4.153.559	3.064.352	3.021.769
<b>Total do capital próprio e terceiros</b>	10.549.618	7.749.924	4.400.162
<b>Índice de alavancagem financeira</b>	60,63%	60,46%	31,3%

A Companhia encerrou o exercício findo em 31 de março de 2020 com endividamento bruto de R\$ 11.577.484 mil, caixa e equivalentes de caixa de R\$ (2.167.058) mil, aplicações financeiras vinculadas e financiamentos de R\$ (18.114) mil e instrumentos derivativos líquidos de R\$ (2.996.253) mil, perfazendo uma posição de endividamento líquido de R\$ 6.396.059 mil. Houve um aumento no endividamento em relação ao mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, ao pagamento da aquisição das operações de refino, distribuição e revenda de combustíveis na Argentina, que se tornaram efetivas em 01 de outubro de 2018.

Na tabela seguinte apresentamos a composição da estrutura de capital da Companhia considerando a análise vertical do passivo e patrimônio líquido:

(R\$ milhares)	Exercícios sociais encerrados em 31 de março de					
	2018	AV (%)	2019	AV (%)	2020	AV (%)
Passivo	10.319.751	77,4%	20.494.505	87%	25.025.913	85,8%
Patrimônio Líquido	3.021.769	22,6%	3.064.352	13%	4.153.554	14,2%
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>13.341.520</b>	<b>100%</b>	<b>23.558.857</b>	<b>100%</b>	<b>29.179.467</b>	<b>100%</b>

O patrimônio líquido é de R\$ 4.153.554 mil, perfazendo uma relação entre dívida líquida e patrimônio líquido de 153,99%.

Nossa Administração entende que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O índice de liquidez corrente da Companhia em 31 de março de 2020 era de 111,8. Em 31 de março de 2020, a Companhia possuía aproximadamente R\$ 8.461.079 mil de empréstimos e financiamentos.

A Administração da Companhia informa que avaliou a habilidade da empresa operar normalmente, considerando o perfil de endividamento da Companhia, composto por dívidas bancárias e financiamentos, o fluxo de caixa e as respectivas posições de liquidez da Companhia, e está convencida de que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos para dar

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

continuidade aos seus negócios, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, bem como.

Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos de ampliação da rede e aquisições, a Administração acredita que a Companhia possui capacidade financeira para honrá-los, considerando, inclusive, o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha lhe permite o acesso a linhas de créditos adicionais.

### **d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

Para maiores informações veja o item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência, no qual estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia de acordo com as suas respectivas características.

### **e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Na data deste Formulário de Referência, não vislumbramos necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor.

Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende manter sua estratégia de financiamento com: (i) contratação de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras; e (ii) captação de recursos, por meio de instrumentos de dívida ou emissão de ações, no mercado de capitais.

### **f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda**

#### *i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes*

Em 31 de março de 2020, a Companhia possuía um endividamento bruto (empréstimos e financiamentos) de R\$ 8.461.079, dos quais R\$ 6.724.671 eram representados por dívidas de longo prazo (não circulante) e R\$ 1.736.408 eram representados por dívidas de curto prazo (circulante).

O endividamento bruto da Companhia aumentou R\$ 3.369.967 entre 31 de março de 2019 e 31 de março de 2020, principalmente em decorrência das emissões de PPE (Pré-pagamento à exportação) pela Companhia no período no montante de US\$441.409 mil.

Em 31 de março de 2019, a Companhia possuía um endividamento bancário bruto (empréstimos e financiamentos) de R\$ 5.091.112, dos quais R\$ 4.674.547 eram representados por dívidas de longo prazo (não circulante) e R\$ 416.565 eram representados por dívida de curto prazo (circulante).

O endividamento bancário da Companhia aumentou R\$ 2.353.441 entre 31 de março de 2018 e 31 de março de 2019, principalmente em decorrência da emissão de PPE pela Companhia no período no montante de US\$300.000 mil.

Em 31 de março de 2018, a Companhia possuía um endividamento bancário bruto (empréstimos e financiamentos) de R\$ 2.737.671, dos quais R\$ 2.709.677 eram representados por dívidas de longo prazo (não circulante) e R\$ 27.994 eram representados por dívida de curto prazo (circulante).

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento em vigor em 31 de março de 2020

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Modalidade	Vencimen to final	Indexador	Taxa média anual efetiva de juros (1)		Controladora		Consolidado	
			2020	2019	2020	2019	2020	2019
Classificação das dívidas por moeda:								
Denominadas em Reais					748.712	738.700	748.712	738.700
Denominadas em Dólares norte-americanos (US\$)					6.401.07	3.959.97	7.712.46	4.352.58
(Nota 24.d)					7	4	1	8
					7.149.78	4.698.67	8.461.17	5.091.28
Modalidade das dívidas (2):								
BNDES	Dezembro /21	URTJLP	6,8%	9,0%	964	4.167	964	4.167
BNDES	Dezembro /20	Pré-fixado	6,0%	6,0%	75	174	75	174
BNDES	Julho/21	UMBND	6,5%	6,4%	1.145	1.649	1.145	1.649
Certificado de Recebíveis do Agronegócios ("CRA")	Dezembro /23	CDI	3,5%	6,2%	507.293	509.942	507.294	509.942
CRA	Dezembro /24	IPCA	7,8%	8,8%	239.235	222.768	239.235	222.768
PPE	Outubro/25	Dólar (US\$) + Libor	3,0%	3,9%	6.401.07	3.959.97	7.712.46	4.352.58
					7	4	0	8
					7.149.78	4.698.67	8.461.17	5.091.28
					9	4	3	8
Despesas com colocação de títulos:								
BNDES					(94)	(176)	(94)	(176)
					7.149.69	4.698.49	8.461.07	5.091.11
					5	8	9	2
Circulante					(1.204.82	(23.951)	(1.736.40	(416.565)
					9)		8)	
Não circulante					5.944.86	4.674.54	6.724.67	4.674.54
					6	7	1	7

Em 31 de março de 2020, as parcelas vencíveis no longo prazo, deduzidas das amortizações das despesas com colocação de títulos, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora	Consolidado
13 a 24 meses	390.124	390.124
25 a 36 meses	1.559.610	1.559.610
37 a 48 meses	1.541.229	1.541.229
49 a 60 meses	1.674.566	1.674.566
61 a 72 meses	779.337	1.559.142
	5.944.866	6.724.671

ii. *Outras relações de longo prazo com instituições financeiras*

A Companhia e suas subsidiárias mantêm relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro. A Administração esclarece ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão de nossos negócios. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

iii. *Grau de subordinação entre as dívidas*

Administração informa que não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirográficas da Companhia. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor. A Companhia ainda possui um contingente de endividamento que está assegurado com ativos reais, principalmente no que diz respeito ao endividamento com o BNDES.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário**

A Companhia e suas controladas não estão sujeitas ao cumprimento de índices financeiros, estando sujeitos apenas a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, tais como “cross-default” e “negative pledge”.

**g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

**h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO****EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019**

	<b>Exercício Social encerrado em 31 de março de</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Receita operacional líquida	100.941.193	88.950.602
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(96.101.622)	(84.801.549)
Lucro bruto	4.839.571	4.149.053
Receitas (despesas) operacionais		
Com vendas	(2.252.046)	(1.678.676)
Gerais e administrativas	(612.683)	(558.556)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.813.776	705.830
Resultado da equivalência patrimonial	5.416	-
	(1.045.537)	(1.531.402)
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição social	3.794.034	2.617.651
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	(838.930)	(664.686)
Receitas financeiras	311.438	230.577
Variações cambiais, líquidas	(3.411.144)	(710.671)
Efeito líquido dos derivativos	3.236.076	743.415
	(702.560)	(401.365)
Lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	3.091.474	2.216.286
Imposto sobre a renda e contribuição social		
Corrente	(1.080.555)	(401.361)
Diferido	89.965	(106.904)
	(990.590)	(508.265)

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Lucro líquido do exercício	2.100.884	1.708.021
Atribuível a:		
Acionistas controladores	2.056.092	1.654.266
Acionistas não controladores	44.792	53.755
	2.100.884	1.708.021
Lucro líquido por ação (básico e diluído para ordinárias)	1,24	0,99
Lucro líquido do exercício	2.100.884	1.708.021
Resultado abrangente		
Ganho atuarial, líquido (efeito reflexo de controladas)	-	-
Ganho atuarial	6.495	-
Tributos diferidos sobre ganho atuarial (Nota 16.d)	(1.740)	-
	4.755	-
Itens que são ou podem ser reclassificados para o resultado		
Resultado com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i> (Nota 24.e)	29.110	(6.412)
Resultado com <i>hedge</i> de investimento líquido em entidade no exterior (Nota 8.a.6)	(15.071)	(54.235)
Tributos diferidos sobre <i>hedges</i> (Nota 16.d)	(4.773)	20.619
Efeito de conversão de moeda estrangeira	836.830	(99.843)
	846.096	(139.871)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	850.851	(139.871)
Total do resultado abrangente do exercício	2.951.735	1.568.150
Atribuível a:		
Acionistas controladores	2.906.939	1.514.395
Acionistas não controladores	44.796	53.755
	2.951.735	1.568.150

**EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019****Receita líquida**

Receita líquida no exercício social findo em 31 de março de 2020 foi de R\$100.941.193 mil comparativamente a R\$ 88.950.602 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 11.990.591 mil ou 13,48%. Este aumento é atribuído substancialmente ao resultado da aquisição das operações de refino, distribuição e revenda de combustíveis na Argentina, que se tornaram efetivas em 01 de outubro de 2018 e ao aumento de 6% e 3% nas vendas de diesel e Ciclo Otto no Brasil, respectivamente.

**Lucro bruto**

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de março de 2020 foi de R\$4.839.571 mil comparativamente a R\$ 4.149.053 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$690.518 mil ou 16,64%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento de 4% no volume de vendas nas operações de distribuição de combustíveis no Brasil. Lucro bruto representou 4,79% e 4,66% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### ***Despesas gerais e administrativas***

Despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de março de 2020 foi de R\$(612.683) mil comparativamente a R\$(558.556) mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$54.127 mil ou (9,69)%. Esta redução é atribuída substancialmente ao resultado da aquisição das operações de refino, distribuição e revenda de combustíveis na Argentina, que se tornaram efetivas em 01 de outubro de 2018 e pela inflação ocorrida no período. Despesas gerais e administrativas representou (0,60)% e (0,62)% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente.

### ***Despesas operacionais***

Despesas operacionais no exercício social findo em 31 de março de 2020 foi de R\$(2.252.046) mil comparativamente a R\$(1.678.676) mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$573.370 mil ou (34,16)%. Este aumento é atribuído substancialmente ao resultado da aquisição das operações de refino, distribuição e revenda de combustíveis na Argentina, que se tornaram efetivas em 01 de outubro de 2018, no aumento das vendas de combustíveis na operação de distribuição de combustíveis no Brasil e pela inflação ocorrida no período. Despesas operacionais representou (2,23)% e (1,88)% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente.

### ***Resultado financeiro, líquido***

Resultado financeiro, líquido no exercício social findo em 31 de março de 2020 foi de R\$(702.560) mil comparativamente a R\$(401.365) mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$301.195 mil ou (75,04)%. Este aumento é atribuído substancialmente à adoção da norma IFRS16 e a efeitos da variação cambial sobre saldos não designados como *hedge accounting*. Resultado financeiro, líquido representou (0,69)% e (0,45)% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente.

### ***Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social***

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de março de 2020 foi de R\$3.091.474 mil comparativamente a R\$2.216.286 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$875.188 mil ou 39,50%. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores já explicados nos itens acima. Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social representou 3,06% e 2,49% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente.

### ***Imposto de renda e contribuição social***

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de março de 2020 foi de R\$(990.590) mil comparativamente a R\$(508.265) mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$(482.325) mil ou (94,90)%. Imposto de renda e contribuição social representou (0,98)% e (0,57)% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social, conforme descrito nos itens anteriores.

### ***Lucro (prejuízo) do exercício***

Lucro (prejuízo) do exercício no exercício social findo em 31 de março de 2020 foi de R\$2.100.884 mil comparativamente a R\$1.708.021 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$392.863 mil ou 23,00%. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores já explicados nos itens acima. Lucro (prejuízo) do exercício representou 2,08% e 1,92% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2018**

	<b>Exercício Social encerrado em 31 de março de</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receita operacional líquida	88.950.602	74.585.967
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(84.801.549)	(70.637.988)
Lucro bruto	4.149.053	3.947.979
Receitas (despesas) operacionais		
Com vendas	(1.678.676)	(1.326.554)
Gerais e administrativas	(558.556)	(474.828)
Outras receitas operacionais, líquidas	705.830	494.908
Resultado da equivalência patrimonial	-	-
	(1.531.402)	(1.306.474)
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição social	2.617.651	2.641.505
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	(664.686)	(194.797)
Receitas financeiras	230.577	139.098
Variações cambiais, líquidas	(710.671)	(301.812)
Efeito líquido dos derivativos	743.415	82.291
	(401.365)	(275.220)
Lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	2.216.286	2.366.285
Imposto sobre a renda e contribuição social		
Corrente	(401.361)	(708.362)
Diferido	(106.904)	10.297
	(508.265)	(698.065)
Lucro líquido do exercício	1.708.021	1.668.220
Atribuível a:		
Acionistas controladores	1.654.266	1.607.085
Acionistas não controladores	53.755	61.135
	1.708.021	1.668.220
Lucro líquido por ação (básico e diluído para ordinárias)	0,99	0,97
Lucro líquido do exercício	1.708.021	1.668.220
Resultado abrangente		
Ganho atuarial, líquido (efeito reflexo de controladas)	-	1
Ganho atuarial	-	1
Tributos diferidos sobre ganho atuarial (Nota 16.d)	-	-
	-	-
Itens que são ou podem ser reclassificados para o resultado		
Resultado com instrumentos financeiros designados	(6.412)	(3.072)

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

como <i>hedge accounting</i> (Nota 24.e)		
Resultado com <i>hedge</i> de investimento líquido em entidade no exterior (Nota 8.a.6)	(54.235)	-
Tributos diferidos sobre <i>hedges</i> (Nota 16.d)	20.619	1.044
Efeito de conversão de moeda estrangeira	(99.843)	-
	<u>(139.871)</u>	<u>(2.028)</u>
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	<u>(139.871)</u>	<u>(2.027)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>1.568.150</u>	<u>1.666.193</u>
Atribuível a:		
Acionistas controladores	1.514.395	1.605.058
Acionistas não controladores	<u>53.755</u>	<u>61.135</u>
	<u>1.568.150</u>	<u>1.666.193</u>

**Receita líquida** Receita líquida no exercício social findo em 31 de março de 2019 foi de R\$88.950.602 mil comparativamente a R\$74.585.967 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 14.364.635 mil ou 19,26%. Este aumento é atribuído substancialmente ao resultado da aquisição das operações de refino, distribuição e revenda de combustíveis na Argentina, que se tornaram efetivas em 01 de outubro de 2018 e ao aumento nos preços diesel e gasolina no Brasil.

**Lucro bruto**

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de março de 2019 foi de R\$ 4.149.053 mil comparativamente a R\$ 3.947.979 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$201.074 ou 5,09%. Este aumento é atribuído substancialmente ao resultado da aquisição das operações de refino, distribuição e revenda de combustíveis na Argentina, que se tornaram efetivas em 01 de outubro de 2018 e ao aumento nos preços diesel e gasolina no Brasil. Lucro bruto representou 4,66% e 5,29% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2019 e 2018, respectivamente.

**Despesas gerais e administrativas**

Despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de março de 2019 foi de R\$(558.556) mil comparativamente a R\$ (474.828) mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$83.728 mil ou (17,63)%. Este aumento é atribuído substancialmente ao resultado da aquisição das operações de refino, distribuição e revenda de combustíveis na Argentina, que se tornaram efetivas em 01 de outubro de 2018. Despesas gerais e administrativas representou 0,62% e 0,63% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2019 e 2018, respectivamente.

**Despesas operacionais**

Despesas operacionais no exercício social findo em 31 de março de 2019 foi de R\$(1.678.676) mil comparativamente a R\$1.326.554 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$352.122 mil ou 26,54%. Este aumento é atribuído substancialmente ao resultado da aquisição das operações de refino, distribuição e revenda de combustíveis na Argentina, que se tornaram efetivas em 01 de outubro de 2018. Despesas operacionais representou 1,88% e 1,77% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2019 e 2018, respectivamente.

**Resultado financeiro, líquido**

Resultado financeiro, líquido no exercício social findo em 31 de março de 2019 foi de R\$(401.365) mil comparativamente a R\$(275.220) mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$126.145 mil ou (45,83)%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

endividamento no período. Resultado financeiro, líquido representou 0,69% e 36% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2019 e 2018, respectivamente.

***Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social***

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de março de 2019 foi de R\$2.216.286 mil comparativamente a R\$2.366.285 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$(149.999) mil ou (6,34)%. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores já explicados nos itens acima. Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social representou 2,49% e 3,17% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2019 e 2018, respectivamente.

***Imposto de renda e contribuição social***

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de março de 2019 foi de R\$(508.265) mil comparativamente a R\$(698.065) mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$189.800 mil ou (27,19)%. Esta redução é atribuída substancialmente a redução no lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social. Imposto de renda e contribuição social representou (0,57)% e 0,94% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2019 e 2018, respectivamente.

***Lucro (prejuízo) do exercício***

Lucro (prejuízo) do exercício no exercício social findo em 31 de março de 2019 foi de R\$1.708.021 mil comparativamente a R\$1.668.220 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$39.801 mil ou 2,39%. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores já explicados nos itens acima. Lucro (prejuízo) do exercício representou 1,92% e 2,23% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2019 e 2018, respectivamente.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	2.167.058	2.818.591
Caixa restrito	30.884	140.750
Instrumentos financeiros derivativos	1.208.585	156.118
Contas a receber de clientes	1.783.961	2.386.340
Estoques	4.125.088	3.290.088
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	583.191	600.639
Tributos a recuperar	1.881.363	1.609.693
Dividendos a receber	4.130	-
Partes relacionadas	898.192	720.754
Ativos de contratos com clientes	475.305	429.718
Outros créditos	237.347	146.797
	<b>13.395.104</b>	<b>12.299.488</b>
<b>Não circulante</b>		
Contas a receber de clientes	346.996	514.544
Instrumentos financeiros derivativos	2.513.295	639.048
Tributos a recuperar	664.224	384.709
Partes relacionadas	882.207	880.539
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	52.070	27.568
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	136.672	111.909
Depósitos judiciais	68.049	68.097
Ativos de contratos com clientes	2.091.860	2.000.061
Outros créditos	113.131	17.914
Investimentos	739.008	268
Imobilizado	6.322.518	5.488.194
Intangível	1.145.267	1.126.518
Direito de uso	709.066	-
	<b>15.784.363</b>	<b>11.259.369</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>29.179.467</b>	<b>23.558.857</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	4.116.180	3.836.192
Passivo de arrendamento	259.690	-
Empréstimos e financiamentos	1.736.408	416.565
Partes relacionadas	4.173.506	4.409.103
Instrumentos financeiros derivativos	202.222	79.186
Ordenados e salários a pagar	181.125	144.346
Imposto sobre a renda e contribuição social a pagar	175.705	76.927
Tributos a pagar	279.073	330.535
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	73.026	27.541
Receitas antecipadas	41.159	47.844
Bonificações a pagar	65.755	58.068
Outras obrigações	677.054	605.242
	<b>11.980.903</b>	<b>10.031.549</b>
<b>Não circulante</b>		
Passivo de arrendamento	414.396	-
Empréstimos e financiamentos	6.724.671	4.674.547
Partes relacionadas	3.122.112	3.062.036

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Instrumentos financeiros derivativos	-	9.438
Tributos a pagar	7.108	11.187
Provisão para demandas judiciais	1.046.828	1.041.136
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	1.395.408	1.303.423
Receitas antecipadas	46.860	88.019
Bonificações a pagar	134.419	118.089
Outras obrigações	153.208	155.081
	<u>13.045.010</u>	<u>10.462.956</u>
Total do passivo	<u>25.025.913</u>	<u>20.494.505</u>
Patrimônio líquido		
Atribuído aos acionistas controladores		
Capital social	1.921.843	1.921.843
Reservas de capital	510.941	519.666
Ajustes de avaliação patrimonial	714.536	(136.311)
Reservas de lucros	747.210	518.289
	<u>3.894.530</u>	<u>2.823.487</u>
Participação dos acionistas não controladores	<u>259.024</u>	<u>240.865</u>
Total do patrimônio líquido	<u>4.153.554</u>	<u>3.064.352</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>29.179.467</u>	<u>23.558.857</u>

**COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE MARÇO DE 2019****Ativo não circulante**

Em 2020, o ativo não circulante era de R\$15.784.363 mil, em comparação com R\$11.259.369 mil em 31 de março de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 54,10% em 31 de março de 2020 e 47,80% em 31 de março de 2019. Este aumento em relação ao total do ativo, de R\$4.524.994 milhões ou 6,3%, decorreu devido substancialmente ao aumento na linha de instrumentos financeiros derivativos.

**Passivo circulante**

Em 2020, o passivo circulante era de R\$11.980.903 mil, em comparação com R\$10.031.549 mil em 31 de março de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 47,87% em 31 de março de 2020 e 48,95% em 31 de março de 2019. Esta redução em relação ao total do passivo, de 1,08% está substancialmente em linha com o mesmo período do ano anterior.

**Passivo não circulante**

Em 2020, o passivo não circulante era de R\$13.045.010 mil, em comparação com R\$10.462.956 mil em 31 de março de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 52,13% em 31 de março de 2020 e 51,05% em 31 de março de 2019. Este aumento em relação ao total do passivo, de R\$2.582.054 mil ou 1,08%, está substancialmente em linha com o mesmo período do ano anterior.

**Patrimônio líquido**

Em 31 de março de 2020, o patrimônio líquido era de R\$4.153.554 mil, em comparação com R\$3.064.352 mil em 31 de março de 2019. Esta variação de R\$1.089.202 mil, deu-se substancialmente devido ao aumento do lucro líquido no exercício.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	2.818.591	1.420.336
Caixa restrito	140.750	52.497
Instrumentos financeiros derivativos	156.118	55.195
Contas a receber de clientes	2.386.340	2.154.402
Estoques	3.290.088	1.851.356
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	600.639	302.982
Tributos a recuperar	1.609.693	421.508
Dividendos a receber	-	-
Partes relacionadas	720.754	512.045
Ativos de contratos com clientes	429.718	-
Outros créditos	146.797	38.663
	<b>12.299.488</b>	<b>6.808.954</b>
<b>Não circulante</b>		
Contas a receber de clientes	514.544	447.856
Instrumentos financeiros derivativos	639.048	48.221
Tributos a recuperar	384.709	281.861
Partes relacionadas	880.539	864.833
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	27.568	-
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	111.909	68.928
Depósitos judiciais	68.097	57.313
Ativos de contratos com clientes	2.000.061	-
Outros créditos	17.914	12.000
Investimentos	268	-
Imobilizado	5.488.194	1.872.394
Intangível	1.126.518	2.879.060
Direito de uso	-	-
	<b>11.259.369</b>	<b>6.532.566</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>23.558.857</b>	<b>13.341.520</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	3.836.192	1.741.699
Passivo de arrendamento	-	-
Empréstimos e financiamentos	416.565	27.994
Partes relacionadas	4.409.103	875.594
Instrumentos financeiros derivativos	79.186	31.337
Ordenados e salários a pagar	144.346	123.992
Imposto sobre a renda e contribuição social a pagar	76.927	7.083
Tributos a pagar	330.535	101.948
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	27.541	6.335
Receitas antecipadas	47.844	41.492
Bonificações a pagar	58.068	48.694
Outras obrigações	605.242	395.078
	<b>10.031.549</b>	<b>3.401.176</b>
<b>Não circulante</b>		
Passivo de arrendamento	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.674.547	2.709.677
Partes relacionadas	3.062.036	2.582.327

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Instrumentos financeiros derivativos	9.438	156.900
Tributos a pagar	11.187	10.208
Provisão para demandas judiciais	1.041.136	919.663
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	1.303.423	234.403
Receitas antecipadas	88.019	129.511
Bonificações a pagar	118.089	156.485
Outras obrigações	155.081	19.401
	<u>10.462.956</u>	<u>6.918.575</u>
Total do passivo	<u>20.494.505</u>	<u>10.319.751</u>
Patrimônio líquido		
Atribuído aos acionistas controladores		
Capital social	1.921.843	1.921.843
Reservas de capital	519.666	520.108
Ajustes de avaliação patrimonial	(136.311)	3.560
Reservas de lucros	518.289	349.557
	<u>2.823.487</u>	<u>2.795.068</u>
Participação dos acionistas não controladores	<u>240.865</u>	<u>226.701</u>
Total do patrimônio líquido	<u>3.064.352</u>	<u>3.021.769</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>23.558.857</u>	<u>13.341.520</u>

**COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 31 DE MARÇO DE 2018*****Ativo não circulante***

Em 2019, o ativo não circulante era de \$11.259.369 mil, em comparação com R\$6.532.566 mil em 31 de março de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 47,80% em 31 de março de 2019 e 48,96% em 31 de março de 2018. Este aumento em relação ao total do ativo, de 1,16%, está substancialmente em linha com o mesmo período do ano anterior.

***Passivo circulante***

Em 2019, o passivo circulante era de R\$10.031.549 mil, em comparação com R\$3.401.176 mil em 31 de março de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 42,58% em 31 de março de 2019 e 25,49% em 31 de março de 2018. Este aumento em relação ao total do passivo, de 17,09% deu-se substancialmente devido ao crescimento do montante de empréstimos e financiamentos, assim como o aumento de gastos com fornecedores e com partes relacionadas.

***Passivo não circulante***

Em 2019, o passivo não circulante era de R\$10.462.956 mil, em comparação com R\$6.918.575 mil em 31 de março de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 44,41% em 31 de março de 2019 e 51,85% em 31 de março de 2019. Este aumento em relação ao total do passivo de 7,44%, está substancialmente em linha com o mesmo período do ano anterior.

***Patrimônio líquido***

Em 31 de março de 2019, o patrimônio líquido era de R\$3.064.352 mil, em comparação com R\$3.021.769 mil em 31 de março de 2018. Esta variação de R\$42.583 mil, está substancialmente em linha com o mesmo período do ano anterior.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****10.2 - Resultado operacional e financeiro****a. Resultados das operações da Companhia:***i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 10.1(h) do Formulário de Referência.

Nossa receita é composta principalmente pelos seguintes itens:

- Receita Operacional Líquida**

A Companhia apresenta a receita operacional líquida após a dedução dos impostos federais e estaduais brasileiros incidentes sobre as vendas brutas (ICMS, PIS, COFINS), IPI (imposto federal sobre valor agregado incidente sobre as vendas brutas da Companhia no mercado brasileiro a taxas que variam por produto). O detalhamento por produto da receita operacional líquida é como segue:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Diesel	45.458.510	39.664.577	32.756.539
Gasolina	36.359.112	32.994.331	31.797.853
Etanol	9.099.498	7.875.815	5.602.028
Jet	6.662.239	6.406.859	3.954.988
Outros	3.361.834	2.009.020	474.559
	<u>100.941.193</u>	<u>88.950.602</u>	<u>74.585.967</u>

- Estrutura de custos**

A estrutura de custos pode ser dividida em: custos que estão ligados aos preços de produtos da Companhia e custos que não estão ligados aos preços desses produtos.

Os custos e despesas são demonstrados no resultado por função. A reconciliação do resultado da Companhia por natureza para os exercícios findos em 31 de março de 2020, 2019 e 2018 está detalhada como segue:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Combustíveis para revendas e custos de coletas e transferências	(95.613.985)	(84.671.252)	(70.637.988)
Despesas com pessoal	(731.622)	(611.079)	(513.801)
Depreciação e amortização	(823.748)	(343.777)	(206.899)
Frete	(567.154)	(429.700)	(333.196)
Despesas comerciais	(323.644)	(187.953)	(196.254)
Mão-de-obra contratada	(209.575)	(174.641)	(106.572)
Despesas de logística	(350.348)	(302.857)	(31.369)
Outros	(346.275)	(317.522)	(242.411)
	<u>(98.966.351)</u>	<u>(87.038.781)</u>	<u>(170.880)</u>

**Classificadas como:**



**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(96.101.622)	(84.801.549)	(70.637.988)
Despesas com vendas	(2.252.046)	(1.678.676)	(1.326.554)
Despesas gerais e administrativas	(612.683)	(558.556)	(474.828)
	<u>(98.966.351)</u>	<u>(87.038.781)</u>	<u>(72.439.370)</u>

**ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.**

A Administração entende que, além dos fatores descritos no item 7.1 os resultados operacionais da Companhia foram influenciados e continuarão a ser influenciados pelos seguintes fatores-chave:

**Ambiente Econômico Brasileiro**

A economia brasileira tem sido historicamente caracterizada por variações significativas no crescimento econômico, inflação e taxas de câmbio. Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são influenciados por esses fatores e pelo efeito que esses fatores têm sobre as taxas de desemprego, a disponibilidade de crédito e os salários médios no Brasil. A tabela a seguir apresenta as taxas de inflação, taxas de juros e taxas de câmbio brasileiras para os períodos indicados:

	Referente ao ano terminado em 31 de março		
	2020	2019	2018
Crescimento do PIB .....	(1,5)%	1.1%	1.3%
Inflação (IGP-M) .....	1,7%	7.3%	7.5%
Inflação (IPCA) <sup>(1)</sup> .....	0,5%	4.3%	3.8%
Taxa interbancária- CDI (média) <sup>(2)</sup> .....	1.0%	6.0%	6.4%
Taxas de juros de longo prazo (média) <sup>(3)</sup> .....		5.6%	7.0%
Taxa de câmbio ao final do período por cada U.S.\$1.00 .....	R\$5.19	R\$4.03	R\$3.87
Taxa de câmbio média por cada U.S.\$1.00 .....	R\$5.427	R\$3.95	R\$3.65
Apreciação (depreciação) do real em relação ao dólar estadunidense <sup>(4)</sup> .....	(29.0)%	(4.0)%	(17.1)%

Fontes : IBGE, Banco Central , B3 e FGV.

(1) O IPCA é um índice de preços ao consumidor calculado pelo IBGE.

(2) CDI refere-se à média das taxas de empréstimo interbancário overnight no Brasil.

(3) A taxa de juros de longo prazo brasileira, ou "TJLP", é a taxa aplicável aos empréstimos de longo prazo do BNDES.

(4) Comparando a taxa de câmbio PTAX (taxa calculada pelo Banco Central) no final do último dia do período com o dia imediatamente anterior ao primeiro dia do período discutido, PTAX é a taxa de câmbio calculada no final de cada dia pelo Banco Central. É a taxa média de todos os negócios realizados em dólares estadunidenses na data determinada no mercado de câmbio interbancário.

Qualquer deterioração na taxa de crescimento econômico, ou mudanças nas taxas de juros, na taxa de desemprego ou nos níveis de preços geralmente no Brasil e em qualquer um dos mercados em que operamos, pode limitar a disponibilidade de crédito, renda e poder de compra de nossos clientes, afetando assim adversamente a demanda por nossos produtos. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco - Nosso negócio pode ser adversamente afetado por acontecimentos e riscos econômicos, políticos, sociais ou outros desfavoráveis nos países em que operamos."

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### **Demanda por Combustíveis**

A demanda por gasolina, etanol e diesel é suscetível à volatilidade relacionada ao nível de atividade econômica no Brasil e na Argentina, e também pode flutuar dependendo do desempenho de certas indústrias. A Administração entende que uma diminuição na atividade econômica afetaria negativamente a demanda por combustíveis.

### **Flutuações da moeda**

Uma proporção significativa da dívida da Companhia está atrelada à cotação dos dólares estadunidenses. Logo, uma depreciação do real em relação ao dólar estadunidense aumentaria a carga da dívida e despesas financeiras relacionadas da Companhia. Entretanto, a Companhia tem contas a receber e outros ativos financeiros baseados em dólares estadunidenses, o que compensaria parcialmente o impacto que uma depreciação do real teria sobre a posição financeira da Companhia. Uma valorização do real em relação ao dólar estadunidense teria o efeito oposto.

A fim de mitigar os efeitos de uma flutuação potencial do dólar estadunidense, a Companhia opera sob rigorosas políticas de gerenciamento de risco, que incluem um Comitê de Risco que se reúne semanalmente para discutir e monitorar as exposições cambiais, as posições de hedge da Companhia, chamadas de margem (*cash at risk*), risco de contraparte e cenários de estresse.

### **Sazonalidade**

Nenhum dos segmentos comerciais da Companhia está sujeito a tendências sazonais significativas.

### **Inflação**

As taxas de inflação no Brasil foram de 3% em 2017, 3,8% em 2018 e 4,3% em 2019, conforme medido pelo IPCA. A taxa de inflação atingiu um nível de 3,3% para o período de 12 meses encerrado em 31 de março de 2020.

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia ao aumentar algumas das despesas operacionais baseadas em reais (e não ligadas ao dólar estadunidense). Essas despesas operacionais incluem custos trabalhistas, arrendamentos e despesas administrativas gerais e de venda. Entretanto, a inflação não teve um impacto material nos negócios da Companhia durante os períodos apresentados.

### **Outros Fatores**

A Administração entende que os outros fatores que podem impactar os resultados operacionais da Companhia incluem:

- transações de hedge;
- a evolução do uso de derivados de etanol como alternativa aos derivados de petróleo e como combustível de queima mais limpa, derivado de fontes renováveis;
- as mudanças nos preços internacionais do petróleo (baseados em dólares estadunidenses) e as mudanças relacionadas nos preços domésticos do petróleo (denominados em reais);
- a taxa de crescimento da economia global e seu consequente crescimento no consumo mundial de combustíveis;
- desenvolvimentos com respeito à pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo (ver também "Fatores de Risco - Nossos negócios, operações e resultados podem ser afetados adversamente pelo surto do coronavírus (causador da COVID-19) e as consequentes paralisações em escala global."); e

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- as políticas fiscais adotadas pelos governos federal e estaduais brasileiros (incluindo incentivos fiscais dos quais a Companhia se beneficia), e a obrigação fiscal resultante.

### **b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Os Diretores da Companhia afirmam que as variações na receita bruta dos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020, 2019 e 2018 é explicada principalmente pelo resultado da aquisição das operações de refino, distribuição e revenda de combustíveis na Argentina, que se tornaram efetivas em 01 de outubro de 2018 e ao aumento nos preços de diesel e gasolina no Brasil.

### **c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

As principais taxas indexadoras aplicáveis aos nossos negócios nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020, 2019 e 2018 são o IGP-M, CDI e TJLP:

- IGP-M: Esse índice impacta na margem da Companhia por meio dos reajustes anuais determinados pelo regulador, excluindo o fator de eficiência “fator X”.
- CDI: A maior parte dos passivos financeiros de curto prazo e as aplicações financeiras da Companhia, além da proteção da dívida (swaps), estão atrelados à variação do CDI, bem como dívidas de longo prazo em moeda externa que são, obrigatoriamente, trocadas por CDI por meio de instrumentos derivativos.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras****(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2020, 2019 e 2018, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

**(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Durante os exercícios findos em 31 de março 2020 e 2019, a Companhia e suas controladas passaram pelas seguintes reestruturações internas e combinações de negócios: i) Aquisição da Raízen Argentina e Controladas; ii) Venda parcial dos investimentos da Raízen Conveniências Ltda.

**(c) Eventos ou operações não usuais**

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de março de 2020, 2019 e 2018, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfase no parecer do auditor****(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da CVM e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 05 de junho de 2020.

**(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis****a) IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos****Aspectos gerais**

A IFRS 16 (CPC 06 (R2)) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estavam disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos entre financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 (CPC 06 (R2)) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil e é efetiva, no caso do Grupo Raízen em 1º de abril de 2019.

À luz da referida norma contábil, o impacto mais significativo identificado foi que a Companhia reconheceu novos ativos e passivos para os seus arrendamentos anteriormente reconhecidos como operacionais, relacionados aos arrendamentos e parcerias agrícolas, locação de maquinários e implementos agrícolas, aluguéis de imóveis e caminhões. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos foi alterada, pois a IFRS 16 (CPC 06 (R2)) substituiu a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento.

**Transição**

A Companhia optou por utilizar a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para o ano anterior não foi reapresentada.

Adicionalmente, os seguintes principais expedientes práticos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos: (a) aplicação da IFRS 16 (CPC 06 (R2)) a todos os contratos celebrados antes de 1º de abril de 2019 que eram identificados como arrendamentos

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

de acordo com CPC 06 (IAS 17) e interpretações relacionadas; (b) utilização de taxa de desconto nominal única para todos os contratos semelhantes; (c) não foi realizado o reconhecimento dos contratos com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da adoção inicial da norma; (d) foi considerada a experiência passada na avaliação das opções de prorrogação de prazo ou rescisão, quando aplicável. Conforme previsto na norma, a Companhia também não aplicou a IFRS 16 (CPC 06 (R2)) para contratos com prazo de vigência indeterminado.

O quadro abaixo sumariza os impactos iniciais da aplicação da IFRS 16 (CPC 06 (R2)):

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2019:

	Controladora				Consolidado			
	Divulgado em 31.03.2019	Ajuste adoção inicial da IFRS 16 (CPC 06 (R2))	Nota	Saldo em 01.04.2019	Divulgado em 31.03.2019	Ajuste adoção inicial da IFRS 16 (CPC 06 (R2))	Nota	Saldo em 01.04.2019
Ativo								
Circulante								
Outros créditos	35.301	(466)		34.835	146.797	(6.454)		140.393
Demais ativos	6.873.569	-		6.873.569	12.152.691	-		12.152.691
Total do ativo circulante	6.908.870	(466)		6.908.404	12.299.488	(6.454)		12.293.034
Não circulante								
Direito de uso	-	234.821	14.a	234.821	-	529.777	14.a	529.777
Demais ativos	11.255.055	-		11.255.055	11.259.369	-		11.259.369
Total do ativo não circulante	11.255.055	234.821		11.489.876	11.259.369	529.777		11.789.146
Total do ativo	18.163.925	234.355		18.398.280	23.558.857	523.323		24.082.180
Passivo								
Circulante								
Passivo de arrendamento	-	35.692	14.b	35.692	-	60.896	14.b	60.896
Partes relacionadas	2.949.799	16.278		2.966.077	4.409.103	-		4.409.103
Demais passivos	2.999.570	-		2.999.570	5.622.446	-		5.622.446
Total do passivo circulante	5.949.369	51.970		6.001.339	10.031.549	60.896		10.092.445
Não circulante								
Passivo de arrendamento	-	86.251	14.b	86.251	-	462.427	14.b	462.427
Partes relacionadas	3.062.031	96.134	8	3.158.165	3.062.036	-	8	3.062.036
Demais passivos	6.329.038	-		6.329.038	7.400.920	-		7.400.920
Total do passivo não circulante	9.391.069	182.385		9.573.454	10.462.956	462.427		10.925.383
Patrimônio líquido	2.823.487	-		2.823.487	3.064.352	-		3.064.352
Total do passivo e patrimônio líquido	18.163.925	234.355		18.398.280	23.558.857	523.323		24.082.180

**b) ICPC 22 / IFRIC 23 - Incertezas em Relação a Tratamentos Tributários**

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro (IAS 12 Income Taxes) quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto sobre a renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base no lucro tributável, nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação está em vigor, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2019 e não foi identificado impactos relativos pela referida interpretação, já que não vinham sendo divulgadas nas demonstrações financeiras anuais da Companhia.

**(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia nos últimos três exercícios sociais foram originalmente emitidos em 5 de junho de 2020, 17 de maio de 2019 e 18 de maio de 2018, respectivamente, sem ressalvas nem ênfases. Entretanto, tais demonstrações financeiras dos três últimos exercícios sociais foram reemitidas para atender os requerimentos adicionais de apresentação e divulgação em decorrência do pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários (demonstrações utilizadas única e exclusivamente para este fim).

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2020, originalmente emitidas em 5 de junho de 2020, foram reemitidas para atender requerimentos adicionais de apresentação e divulgação em decorrência do pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários. Nos termos da nota explicativa 2.2 do relatório dos auditores independentes, a reemissão ocasionou a reapresentação das seguintes notas explicativas e quadros para os exercícios findos em 31 de março de 2020, 2019 e 2018, quando aplicável:

- Demonstrações do valor adicionado – DVA (Pronunciamento técnico CPC 09);
- Informações por segmento (Pronunciamento técnico CPC 22 / IFR 8); e
- Divulgações sobre aspectos relevantes do CPC 06(R2) / IFR 16 – Arrendamentos.

Neste sentido, as demonstrações dos exercícios findos em 31 de março de 2020 acima mencionada e as de 2019 e 2018 anteriormente emitidas em 17 de maio de 2019 e 18 de maio de 2018, respectivamente, também foram reemitidas no relatório dos auditores independentes datado de 12 de março de 2021, em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de março de 2020 para fins comparativos em atendimento ao já especificado acima.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### 10.5 - Políticas contábeis críticas

#### Políticas e Estimativas Críticas de Contabilidade

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas no final do período de relatório. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Tais estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e as mudanças são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Caso haja mudança significativa nos fatos e circunstâncias nas quais as estimativas e suposições feitas estão baseadas, pode haver um impacto material nos resultados e na posição financeira da Companhia.

Informações resumidas sobre juízos de valor, suposições e incertezas de estimativa na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas combinadas estão incluídas como segue:

*Arrendamentos.* A partir de 1º de abril de 2019, a Companhia adotou prospectivamente a IFRS 16 e reconheceu um ativo de direitos de uso que representa nosso direito de usar ativos arrendados e passivos de arrendamento representando nossa obrigação de fazer pagamentos de arrendamento. Como resultado, nossas despesas de arrendamento linear foram substituídas pela amortização destes direitos de uso e despesas com juros sobre estes passivos de arrendamento. Embora a IFRS 16 altere o momento e a apresentação dessas despesas, o impacto geral sobre o lucro líquido da Companhia permanecerá inalterado durante a vigência de cada contrato. Determinar se um contrato é ou contém um arrendamento, o prazo do arrendamento e a taxa incremental de empréstimo requer que a Administração faça julgamentos relevantes.

*Imobilizado, instalações e equipamentos e ativos intangíveis, incluindo fundo de comércio.* O tratamento contábil dado ao ativo imobilizado, instalações e equipamentos e aos ativos intangíveis inclui estimativas para determinar a vida útil para fins de depreciação e amortização, além do valor justo na data de aquisição dos ativos adquiridos através de combinações de negócios. Atualmente, a Companhia realiza impairment tests sobre os ativos com vida útil indefinida, especialmente o ágio suportado pela rentabilidade futura. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa para a qual o ágio foi alocado também inclui o uso de estimativas e suposições e requer um grau significativo de julgamento da Administração.

*Imposto de renda e contribuição social diferidos.* Os ativos de imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que é provável que haja lucros tributáveis futuros para permitir sua utilização no futuro. É necessário um julgamento substancial da Administração para determinar o valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos, com base no prazo razoável e no valor do lucro tributável futuro, juntamente com a racionalização do imposto futuro.

*Valor justo dos instrumentos financeiros.* Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados na demonstração da posição financeira não pode ser obtido de mercados ativos, ele é determinado pelo uso de técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para estes métodos são baseados naqueles adotados pelo mercado, quando possível. Entretanto, quando tais dados não estão disponíveis, é necessário um certo nível de julgamento para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Alterações nas premissas relacionadas a esses fatores podem afetar o valor justo apresentado para os instrumentos financeiros.



**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

*Provisão para contingências tributárias, civis, ambientais e trabalhistas.* A Companhia constitui uma provisão para contingências tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas. A determinação da probabilidade de perda inclui a determinação de provas disponíveis, hierarquia de leis, jurisprudência disponível, as decisões judiciais mais recentes e sua relevância no sistema jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. Tais disposições são revistas e ajustadas para levar em conta mudanças nas circunstâncias, tais como o estatuto de limitações aplicáveis, conclusões de inspeção fiscal ou exposições adicionais identificadas com base em novas decisões judiciais.

*Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a pagar.* A Companhia está sujeita ao imposto de renda e à contribuição social em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para o imposto de renda nesses vários países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões para cobrir certas situações nas quais é provável que montantes adicionais de impostos sejam devidos. Quando os resultados finais de tais questões diferem dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam as obrigações fiscais correntes e diferidas no período em que o valor definitivo é determinado.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

**10.6 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020.

**(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020.

**(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020.

**(iv) Contratos de construção não terminada**

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020.

**(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020.

**(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

**10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

**a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020.

**b. Natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020.

**c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

**10.8 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**(a) Investimentos**

**(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos**

Há investimentos previstos pela Companhia que seguem o planejamento financeiro aprovado pelo Conselho de Administração para o exercício findo em 31/03/2022. As premissas macroeconômicas utilizadas são baseadas em dados de reconhecidas consultorias terceirizadas e de outras fontes públicas, à época da realização do planejamento financeiro.

Na safra 2021/22, há uma previsão de investimentos na ordem de R\$2.200 milhões, destinados principalmente à expansão e renovação da rede de postos revendedores (R\$559 milhões) seguindo a estratégia da expansão da rede da Companhia, na infraestrutura e para os terminais de distribuição no Brasil (R\$334 milhões). Na Argentina, do total de R\$1.130 milhões, aproximadamente R\$590 milhões se referem a um projeto não recorrente de modernização do parque de refino, enquanto os demais investimentos recorrentes são para manutenção e demais melhorias operacionais.

**(ii) Fontes de financiamento dos investimentos**

A principal fonte de capital para os investimentos da Companhia vem de seu fluxo de caixa, além de possíveis operações de captação de recursos junto a bancos privados e/ou em ofertas públicas de títulos e valores mobiliários.

**(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

**(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

**(c) Novos produtos e serviços**

**(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável.

**(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável.

**(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

## 10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

### 10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

#### COVID-19

Em 2020, vários países instituíram medidas de isolamento social para combater a pandemia da Covid-19. A Companhia implementou um plano de contingência com o objetivo de preservar a saúde e a integridade de seus funcionários, além de garantir a segurança e a continuidade dado que nossos produtos e serviços são considerados atividades essenciais, por ser um insumo estratégico em hospitais, segurança, alimentação e energia.

A extensão em que a pandemia do Covid-19 pode afetar nossos resultados operacionais, condição financeira e fluxos de caixa dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e não podem ser previstos no momento da divulgação destas demonstrações financeiras, incluindo novas informações que possam surgir sobre a gravidade do Covid-19 e as medidas tomadas para conter o Covid-19 ou tratar seu impacto.

Com base nas informações disponíveis até a data de emissão destas demonstrações financeiras, as principais avaliações e, quando aplicável, os principais efeitos da pandemia do Covid-19 em nossos resultados operacionais são:

#### (i) Premissa da continuidade operacional

As demonstrações financeiras da Companhia foram confeccionadas e estão sendo divulgadas considerando a premissa de continuidade operacional de seus negócios relevantes.

#### (ii) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e créditos tributários

A Companhia avaliou indicativos de uma perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e créditos tributários e concluiu que, mesmo com uma potencial redução nos fluxos de caixa e resultados esperados para a safra 2020/2021, o valor em uso das unidades geradoras de caixa continua sendo significativamente superior ao seu valor contábil, bem como, no caso dos tributos, a expectativa de base tributável dos principais tributos permanece, além do fato da maior parte dos tributos não ter vencimento para compensação.

#### (iii) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

As perdas pela redução ao valor recuperável associada ao risco de crédito sobre os ativos financeiros são calculadas com base na expectativa futura de perda, considerando a situação individual dos clientes e do grupo econômico ao qual pertencem. Considerando que a Companhia opera majoritariamente com garantias reais de seus clientes, mantém uma análise criteriosa de crédito e, quando aplicável, exige antecipações de dinheiro para envio de produtos, não houve reconhecimento adicional relevante devido à Covid-19.

#### (iv) Redução ao valor realizável de estoques

A Companhia utiliza o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, líquido das despesas de venda, como premissa do valor realizável líquido. Portanto, o declínio nos preços, principalmente do etanol no Brasil e derivados de petróleo na Argentina impactados pela queda no consumo causada pelo isolamento social, resultou no reconhecimento de uma perda estimada com realização de estoques consolidada de R\$ 88.611 em 31 de março de 2020.

#### (v) Liquidez

Reforçamos preventivamente o nível de liquidez durante esse período de grande volatilidade através da contratação em março de 2020, na ordem de R\$ 2 bilhões, junto a instituições financeiras no Brasil ou no Exterior, de novas linhas de financiamento que, assim como as demais dívidas da Grupo,

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

não contém *covenants* financeiros. Com isso, o Grupo encerrou a safra 2019/2020 com um caixa de R\$ 8,6 bilhões. Adicionalmente, o Grupo manteve *revolving credit facilities*, linhas de crédito não utilizadas até o momento que totalizam US\$ 1 bilhão. Não houve alteração no nosso *rating* de crédito, com manutenção do *investment grade* nos *ratings* corporativos emitidos pela S&P e Fitch durante os meses de abril e maio de 2020.

A Companhia encerrou o exercício social findo em 31 de março de 2020 com um caixa consolidado de R\$ 2.167.058. O capital de giro consolidado (ativo circulante menos passivo circulante) encerrou esse mesmo exercício social com um saldo positivo de R\$ 1.414.203 e um lucro líquido consolidado de R\$ 2.100.884.

**(vi) Capex**

A Companhia não estima reduções nem impactos significativos nos seus investimentos recorrentes e operacionais para a safra 2020/2021, mas sim uma racionalização em projetos de expansão não relacionados às atividades operacionais do Grupo Raízen que serão postergados para os próximos anos.

**(vii) Arrendamentos**

Até o momento não houve alteração nos montantes anteriormente registrados como ativo de direito de uso ou passivo de arrendamento como consequência de modificação contratual atrelada a Covid-19.

**(viii) Compromissos contratuais**

Até o momento não há execução nem contra nem a favor da Raízen sobre seus contratos, quer seja via distrato ou exercício jurídico de cláusulas de força maior.